



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria

LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 19 DE JANEIRO DE 2004.

- Revogada pela Lei Complementar nº 77, de 22-1-2010, art. 153, III.

Institui contribuição previdenciária do pessoal que
especifica, altera a Lei Complementar nº 29, de 12 de
abril de 2000 e dá outras providências.

~~A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS~~, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu
sanção a seguinte Lei Complementar:

~~Art. 1º Fica instituída, com a finalidade de custear o regime próprio de previdência dos servidores do Estado de Goiás, contribuição previdenciária do pessoal inativo e dos pensionistas dos Três Poderes do Estado, do Ministério Público, das autarquias e fundações estaduais, bem como dos inativos e pensionistas beneficiários da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1981.~~

~~Parágrafo único. A contribuição de que trata este artigo:~~

~~I — terá alíquota de 11% (onze por cento);~~

~~II — incidirá sobre a parcela dos proventos e pensões que supere:~~

~~a) 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido como limite máximo para os benefícios do regime geral de previdência social, de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os inativos e pensionistas:~~

~~1. em gozo de benefício até a data de publicação desta Lei;~~

~~2. que entrarem em gozo de benefício a partir da vigência desta Lei, embora hajam cumprido todos os requisitos para a sua obtenção com base nos critérios da legislação então vigente;~~

~~b) 100% (cem por cento) do mesmo valor referenciado na alínea “a”, para os inativos e pensionistas que entrarem em gozo de benefício a partir da data de publicação desta Lei, sem que antes hajam cumprido os requisitos a que se refere o seu item 2 da alínea anterior.~~

~~Art. 2º Os dispositivos a seguir enumerados da Lei Complementar nº 29, de 12 de abril de 2000, passam a vigor com as seguintes alterações:~~

~~“Art. 2º.....~~

~~X — parcela ordinária de contribuição: parcela da remuneração ou do subsídio recebido pelo filiado ou participante, inclusive dos proventos de aposentadoria e da pensão, recebida pelo beneficiário, sobre a qual incide a alíquota de contribuição ordinária para o plano de custeio, assim entendidas as verbas de caráter permanente atribuídas ao cargo efetivo, posto ou graduação, e o valor tributável do provento ou da pensão;~~

~~—XII — contribuições ordinárias: montante de recursos devidos pelo Estado e pelos filiados do regime próprio de previdência estadual, para o custeio do respectivo plano de benefícios; (NR)~~

~~Art. 5º A parcela ordinária de contribuição corresponderá à remuneração ou subsídio recebido pelo filiado ou participante, inclusive aos proventos de aposentadoria e à pensão, sobre a qual incide a alíquota de contribuição ordinária para o plano de custeio, assim entendidas as verbas de caráter permanente atribuídas ao cargo efetivo, posto ou graduação, e o valor tributável do provento ou da pensão. (NR)~~

~~Art. 17.~~

~~II~~

~~a) observado o disposto no § 2º deste artigo, a lei disporá sobre a concessão de benefício de pensão por morte, que será igual:~~

~~1. ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime~~

~~geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito;~~

~~2- ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (NR)~~

~~§ 2º Os proventos de aposentadoria, reforma e reserva remunerada, e as pensões, por ocasião de sua concessão, serão calculados considerando as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os arts. 40 e 201 da Constituição Federal.~~

~~§ 7º A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, respectivamente:~~

~~I- do Governador do Estado, no âmbito do Poder Executivo;~~

~~II- dos Deputados Estaduais, no âmbito do Poder Legislativo;~~

~~III- dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado à 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Conselheiros e Auditores dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, aos Procuradores e aos Defensores Públicos. (NR)~~

~~§ 9º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em Lei." (NR)~~

~~Art. 3º Ao pessoal que, mesmo havendo preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria, reforma ou reserva remunerada, opte por permanecer em atividade, será concedido um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para a inatividade compulsória.~~

~~Art. 4º Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.~~

~~Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser observado, para efeito de cobrança da contribuição previdenciária, o prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da publicação oficial desta Lei.~~

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de janeiro de 2004, 116^º da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO (em exercício)

Ivan Soares de Gouvêa

José Carlos Siqueira

(D.O. de 27-1-2004)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 27-1-2004.

Órgãos Relacionados	Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência do Servidor Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO Poder Executivo Poder Judiciário Poder Legislativo Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCM Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO
Categoria	Previdência social